

UMA INTERPRETAÇÃO DA MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DE PREMISSAS INTERNALISTAS A UM SISTEMA DE CONTINGÊNCIAS INTER-RELACIONADAS

Isabela Bim Cechella (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Carolina Laurenti (Orientadora), Carlos Eduardo Lopes (Co-orientador). E-mail: claurenti@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Psicologia / Fundamentos e Medidas da Psicologia

Palavras-chave: Diagnóstico; Análise do Comportamento; Análise Funcional.

RESUMO

A medicalização da educação abrange a transferência de questões escolares para o campo médico por meio de explicações internalistas centradas na criança na forma de um diagnóstico psicopatológico. De modo contrário, a Análise do Comportamento adota uma perspectiva relacional e contextualista, não subscrevendo uma concepção de anormalidade semelhante à de outras teorias dominantes e entendendo as dificuldades de aprendizagem em termos de um sistema de contingências, que inclui o comportamento de diferentes indivíduos além das crianças. Com base nesses aspectos, o objetivo desta pesquisa foi examinar as contingências ontogenéticas envolvidas na prática da medicalização dos processos educativos. Para tanto, foi realizada uma pesquisa teórico-interpretativa, dividida em três etapas. Na primeira, o exame da obra “A psychological approach to abnormal behavior”, de Ullmann e Krasner, possibilitou a compreensão dos efeitos comportamentais do diagnóstico. Na segunda etapa, foram sistematizados 23 relatos de pesquisas de campo sobre crianças em idade escolar diagnosticadas. Na terceira etapa, seguindo o referencial teórico elaborado na primeira, foi elaborada uma análise funcional do comportamento das principais pessoas citadas nesses estudos. Com a discussão advinda dessa análise funcional, verificou-se que os comportamentos das crianças diagnosticadas, dos profissionais que as diagnosticam e dos professores ocorrem de modo inter-relacionado, formando um complexo sistema de contingências responsável pela manutenção dessa prática. Por fim, concluiu-se que a rotulagem diagnóstica no contexto educacional retroalimenta de forma viciosa o sistema de contingências da prática, em prejuízo da criança.

INTRODUÇÃO

A medicalização pode ser definida como uma prática sociocultural caracterizada por uma transformação de aspectos pertencentes à ordem social, coletiva e política em sintomas de “transtornos mentais”, isto é, em questões de ordem médica psicopatológica (Moysés; Collares, 2020). As influências dessa prática também têm sido observadas na condução dos desafios que perpassam o ambiente escolar. Nesse es-

paço, a prática da medicalização se concretiza por meio de uma compreensão internalista das dificuldades de aprendizagem, com explicações individualistas e centradas na criança na forma de um diagnóstico psicopatológico. Diversos rótulos diagnósticos são atribuídos às crianças e a utilização deles nos discursos pode contribuir para o entendimento de que a causa das dificuldades existentes ao longo do processo de escolarização está relacionada exclusivamente às características delas. A Análise do Comportamento é uma abordagem psicológica que adota uma concepção crítica acerca da medicalização, problematizando o uso explicativo (e não descritivo) dos manuais diagnósticos, posicionando-se contrariamente à recorrência a causas internas como explicação do comportamento dos indivíduos, sejam elas de natureza mentalista ou cerebralista (Bueno *et al.*, 2014). Essa oposição à lógica medicalizante se deve ao fato de a Análise do Comportamento entender o comportamento em termos de contingências, utilizando-se de ferramentas conceituais, como a Análise Funcional. Em vez de procurar um agente iniciador do comportamento, esse tipo de análise foca no reconhecimento da complexa e multifacetada rede de inter-relações entre as atividades do indivíduo e o contexto (Neno, 2003). À vista disso, o objetivo desta pesquisa foi examinar as contingências ontogenéticas envolvidas na prática da medicalização dos processos educativos. Para tanto, a Análise Funcional foi empregada como ferramenta para investigar como se caracterizam o comportamento das crianças diagnosticadas, dos professores e diagnosticadores.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizada uma pesquisa teórico-conceitual, dividida em três etapas. A primeira etapa consistiu em caracterizar a discussão do uso de diagnósticos à luz da Análise do Comportamento. Nela, foram utilizados capítulos do livro “A psychological approach to abnormal behavior”, de Leonard Ullmann e Leonard Krasner. O objetivo da segunda etapa foi descrever os efeitos da medicalização dos processos educativos para crianças diagnosticadas e demais indivíduos envolvidos. Essas características foram obtidas por meio da seleção e análise de relatos de pesquisas de campo sobre crianças em idade escolar diagnosticadas. Para essa busca e seleção, foram consultados o portal de periódicos da CAPES e a Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando os seguintes descritores nas pesquisas: “medicalização AND criança”; “medicalização AND educação”; “medicalização AND aprendizagem”; “medicalização AND intervenção”; “patologização da vida” e “patologização da educação”. Por fim, a terceira etapa visou caracterizar de uma perspectiva analítico-comportamental a medicalização dos processos educativos. Essa caracterização foi feita por meio da elaboração de uma análise funcional do comportamento das principais pessoas citadas nesses estudos, articulando as informações obtidas nas duas primeiras etapas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira etapa desta pesquisa foram lidos e documentados 13 capítulos do livro de Ullmann e Krasner (1969), que abordavam temáticas pertinentes para uma análise funcional dos diagnósticos. No que diz respeito à segunda etapa, foram selecio-

nados 25 artigos por meio das buscas realizadas no portal de periódicos da CAPES e da SciELO. Desses 25 artigos selecionados, 23 foram lidos e sistematizados na íntegra, visto que dois deles foram excluídos porque não se caracterizavam como pesquisas de campo com relatos de indivíduos envolvidos na medicalização.

A realização da Etapa 1 resultou na conclusão de que a Análise do Comportamento pode ser considerada uma teoria dissidente de anormalidade. Assim como pensadores dissidentes observados ao longo da história, a Análise do Comportamento também apresenta uma concepção de comportamento “anormal” distinta, apresentando divergências do ponto de vista filosófico e conceitual. De uma perspectiva analítico-comportamental, os comportamentos considerados “anormais” seguem os mesmos princípios de aprendizagem, desenvolvimento, manutenção e alteração que os comportamentos nomeados como “normais” (Ullmann; Krasner, 1969). Logo, a diferença entre comportamento “normal” e “anormal” não é intrínseca, mas deve ser entendida considerando as formas como a sociedade lida com as diferenças (Ullmann; Krasner, 1969).

A realização da Etapa 3 (articulação entre os resultados obtidos nas Etapas 1 e 2) possibilitou a elaboração de uma análise funcional do: 1) comportamento da criança; 2) comportamento dos professores; 3) comportamentos dos profissionais que diagnosticam as crianças. Com relação às crianças, conclui-se que comportamentos compatíveis com o rótulo diagnóstico (e.g., desobedecer; movimentar-se muito; fazer outras atividades que não a proposta; brigar com os colegas; e contestar o que o professor fala) são mantidos por um processo de reforçamento positivo e negativo, concomitantemente à extinção de comportamentos alternativos ao rótulo (e.g., concentrar-se, realizar as atividades; ler; escrever). Em linhas gerais, a rotulagem diagnóstica atua como uma “profecia autorrealizadora”, influenciando no aumento da emissão de comportamentos “indesejados” da criança. No que diz respeito aos professores, foi possível notar que seu comportamento de relatar o fracasso escolar dos alunos comumente é punido pelas famílias, equipe pedagógica e governo. Outros dois comportamentos analisados dos professores consistiram em: 1) encaminhar a criança para uma avaliação com um profissional; e 2) descrever os alunos em termos do rótulo diagnóstico atribuído a ele – ambos caracterizados como uma esquiva dessa punição social e mantidos por um processo de reforçamento negativo. No que se refere ao comportamento dos profissionais que diagnosticam as crianças, constatou-se que ele está atrelado à remoção de uma demanda inicial por um diagnóstico e também ao ganho de recompensas financeiras e de reconhecimento/*status*, sendo mantido simultaneamente por um processo de reforçamento negativo e positivo.

As análises funcionais mencionadas anteriormente permitiram a visualização da prática da medicalização da educação como um ciclo composto por um entrelaçamento de contingências que extrapolam unicamente o comportamento da criança. Essa afirmação demonstra que os comportamentos dos indivíduos envolvidos nesse fenômeno não ocorrem de modo isolado ou desconexo, mas em uma relação de influência mútua, formando um complexo sistema de contingências que mantém o funcionamento da medicalização no contexto educacional, em prejuízo da criança.

CONCLUSÕES

Apesar das limitações desta pesquisa, especialmente relacionadas à amostra reduzida de artigos analisados e à ênfase no comportamento de apenas três indivíduos relacionados à medicalização da educação, ela contribui para o aprimoramento da compreensão das contingências ontogenéticas envolvidas nessa prática, ampliando a contextualização sobre o fenômeno e promovendo a descentralização das explicações em torno da criança. Além disso, a estruturação desse sistema de entrelaçamento de contingências pode auxiliar na elaboração futura de estratégias de controle da medicalização. Exposto isso, pesquisas ulteriores poderiam articular os níveis ontogenético ao cultural, visando ao adensamento da compreensão acerca do entrelaçamento de contingências que compõem esses dois âmbitos de análise no que concerne à medicalização no contexto educacional.

AGRADECIMENTOS

À Fundação Araucária pelo financiamento concedido a esta pesquisa e à minha orientadora Carolina Laurenti por todo o suporte ao longo do processo da realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

BUENO, G. N. *et al.* Psicopatologias de acordo com as abordagens tradicional e funcional. *In*: BORGES, N. B.; AURELIANO, L. F. G.; LEONARDI, J. L. (org.). **Comportamento em foco 4**. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental, 2014. p. 27-37. Disponível em: <https://abpmc.org.br/wp-content/uploads/2021/11/CFoco4.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Novos modos de vigiar, novos modos de punir: a patologização da vida. **Educação, Sociedade & Culturas**, [S. l.], v. 57, n. 3, p. 31-44, dez. 2020. Disponível em: <https://ojs.up.pt/index.php/esc-ciie/article/view/11>. Acesso em: 21 nov. 2023.

NENO, S. Análise funcional: definição e aplicação na terapia analítico comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, [Belém], v. 5, n. 2, p. 151-165, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v5n2/v5n2a06.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2024.

ULLMANN, L. P.; KRASNER, L. **A psychological approach to abnormal behavior**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1969.